

EXECUTIVO

Durante pronunciamento, Lula diz que respeita decisão do Congresso, mas afirma: ausência da CPMF prejudicará investimentos

Edson Gés/CB



CASAL ASSISTE AO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE EM LOJA DE SHOPPING EM BRASÍLIA: LULA TRAÇA CENÁRIO OTIMISTA PARA O PRÓXIMO ANO

Na TV, presidente lamenta fim do imposto do cheque

IZABELLE TORRES
DA EQUIPE DO CORREIO

No último pronunciamento do ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva citou índices de crescimento econômico e atribuiu ao Congresso a culpa pelo pouco investimento na área da saúde previsto para o ano que vem. Em discurso sem críticas diretas, o presidente disse que a rejeição do Senado ao projeto que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) "truncou" as propostas e

previsões governistas para investir na saúde.

"Infelizmente esse processo foi truncado com a derrubada da CPMF, responsável em boa medida pelos investimentos na saúde. Como democrata, respeito a decisão tomada pelo Congresso. E estou convencido de que o governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema", disse. Apesar de lamentar a derrubada da CPMF, o presidente Lula agradeceu aos parlamentares dizendo que aliados e opositoristas colaboraram

para que o país encontrasse os melhores caminhos.

O pronunciamento de quase oito minutos do presidente destacou os pontos positivos do governo e fez previsões otimistas para 2008. Segundo Lula, o índice de desemprego registrado pelo IBGE, o menor dos últimos anos, mostra que aumentou o número de trabalhadores com carteira assinada. Ele disse ainda que é possível comemorar os reajustes salariais acima da inflação em muitas categorias profissionais. "A economia cresceu mais de 5% e vai começar 2008

em ritmo acelerado. Mais de 20 milhões de brasileiros migraram das classes D e E para a classe C. Cerca de 14 milhões ingressaram na classe média. Temos muito a comemorar", avaliou.

Lula também citou os investimentos em educação e disse que até 2010 mais de R\$12 bilhões serão repassados aos ensinos médio e fundamental das escolas brasileiras. A maior promessa do presidente para o próximo ano se refere às obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Em 2008 este país será um canteiro de obras."



e-mail alon.feuerwerker@correioeb.com.br



Sinuca de bico no Orçamento

O presidente da República tem afirmado que o Congresso Nacional precisará indicar onde as despesas públicas serão enxugadas para compensar a falta dos R\$ 40 bilhões que deixarão de irrigar os cofres da União em 2008 por causa do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Um consenso é reservar recursos necessários para honrar dívidas do governo, o assim chamado superávit primário. Esse ponto torna-se especialmente delicado quando se sabe que as nuvens no Banco Central andam carregadas. O que sinaliza gasto forte com juros no ano que vem. E, como ficou claro na votação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), a oposição pode até se fazer de radical, mas não costuma rasgar dinheiro.

Há porém uma variável obscura nesse ponto. É possível manter índices declinantes da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) mesmo com superávits menores que os adotados atualmente. Será uma tentação e tanto para o governo.

Luiz Inácio Lula da Silva tem também enfatizado que não aceitará cortes nos programas sociais ou nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Se o adjetivo "social" for tomado na acepção mais ampla, o Congresso estará então numa sinuca de bico. Simplesmente, não há como cortar R\$ 40 bi do Orçamento Geral da União (OGU) sem mexer na saúde, na educação, na Previdência, nos incentivos à agricultura familiar ou na política de elevação real do salário mínimo, entre outras destinações caras a Lula e ao PT.

O Legislativo está diante de um impasse. Se quiser cortar na área social, colocar-se-á numa posição péssima diante do eleitorado — em pleno ano de eleições municipais. Se preferir evitar essa armadilha, precisará enveredar pelo debate do aumento de impostos e contribuições já existentes. Ou, pior, pelo da criação de novas taxas. Talvez caminhe para atolar-se no pântano da reforma tributária.

Nesse jogo de empurra, uma falsa solução está nas promessas de cortes nas emendas parlamentares. As emendas correspondem a menos da metade dos recursos da CPMF. E a maior parte delas comparece ao OGU apenas para constar. Jamais seriam executadas, mesmo que os cofres do Tesouro estivessem explodindo de dinheiro. São ações que servem apenas para o deputado ou senador dizer à sua base que conseguiu enfiar tal ou qual obra no OGU.

Em tempos de PAC, então, a situação piora. Todo centavo que o governo federal puder endereçar à sua menina-dos-olhos será posto nas pranchetas e canteiros tocados pela ministra Dilma Rousseff. A rigor, Lula não precisa do Congresso Nacional para mais nada nos três anos de mandato restantes. Daí não ter motivos para desviar preciosos recursos do PAC e destiná-los ao que no Palácio do Planalto se vêem como obras parciais sem importância.

Depois que a poeira baixar, é possível que o Senado perceba que a derrubada da CPMF criou um problema tão grande para o Congresso quanto para o governo. Há muitos anos que a elaboração do OGU não se constitui numa batalha política entre a oposição e o Planalto. Trabalhavam a favor dessa paz duradoura algumas condições. O palácio costuma mandar o projeto de peça orçamentária com as receitas subestimadas, exatamente para permitir que sejam confortavelmente acomodadas no OGU despesas provenientes de emendas parlamentares.

Desta vez, é provável que a temperatura suba. A oposição derrubou a CPMF com a alegação de que o excesso de arrecadação cobriria o buraco criado. Ao ceder a essa lógica, porém, deixou o Congresso Nacional com pouco espaço para realizar a tradicional operação de acolher as demandas políticas, da base aliada e da própria oposição.

O jogo está em aberto e o Palácio do Planalto tem vantagem. O relator do OGU é José Pimentel (PT-CE), um soldado fidelíssimo de Lula. Ele cuidará, em primeiro lugar, de atender às demandas dos aliados, deixando a oposição no fim da fila, e de dedos cruzados para que as contas fechem e sobre um trocado. A derrubada da CPMF tirou dinheiro do governo mas maniu-o de argumentos para dizer não. E governos adoram dizer não, especialmente quando têm os argumentos. Isso sem falar na sempre disponível arma do contingenciamento.

POVO FALA //

QUAL O BALANÇO QUE O SENHOR (A) FAZ DA ADMINISTRAÇÃO LULA EM 2007 NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO?

ELIZABETH SOUZA,
professora universitária,
moradora do Lago Sul

"O cenário de investimentos na educação e a política de valorização dos professores estão longe do ideal. A forma de julgar a suficiência de investimentos nas instituições de nível superior não deve ser analisada apenas sob os números de investimentos oficiais ou pelos investimentos nas grandes universidades. Isso porque esses valores, geralmente, são altos o suficiente para embaçar a realidade"



Fotos: Ronaldo de Oliveira/CB

RODRIGO HERDY,
empresário,
morador do Sudoeste

"O crescimento da economia não trouxe grandes benefícios aos pequenos comerciantes. A queda nos juros de financiamento para automóveis comprometeu parte da renda dos brasileiros, que reduziu o consumo de outros produtos. O crescimento anunciado não trouxe mais lucros para os pequenos empresários. Basta observar o aumento dos índices de inadimplência nas mensalidades das lojas nos shoppings"

PRISCILA VIANA,
comerciária,
moradora da Asa Norte

"O ano de 2007 não terá um lugar de destaque em relação ao aumento das minhas vendas. Não senti de perto o tão anunciado e aguardado crescimento econômico e o aumento nas vendas gigante na época do Natal. Já tive anos melhores. Me decepcionei um pouco porque da forma como o crescimento nas vendas foi anunciado, achei que notaríamos uma diferença significativa, mas isso não aconteceu"

EDUARDO JURKIV LOBO,
médico do HUB,
morador da Asa Sul

"As dificuldades continuam as mesmas. Mesmo trabalhando em um pronto-socorro menor do que o de outros hospitais, temos de lidar com o sucateamento de aparelhos e até com a falta de alguns medicamentos. Por mais que haja esforço dos médicos e dos diretores, não houve melhoria na estrutura. O tão falado recurso da CPMF não chegou à saúde, pelo menos não à saúde com a qual eu trabalho diariamente"



MENSALÃO

Silvinho apresenta contraproposta ao MP

O ex-secretário-geral do PT Silvinho Pereira encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma contraproposta a ser apresentada ao Ministério Público para se livrar da ação penal do mensalão. Na petição, o advogado Gustavo Badaró, que representa Silvinho, pede que o procurador-

geral da República, Antonio Fernando de Souza, baixe para dois anos o prazo para que o processo seja extinto e tire da lista de obrigações a proibição de ocupar cargos ou se candidatar a um mandato político.

Essa segunda exigência, de acordo com Badaró, significaria punir Silvinho pelo crime de

improbidade administrativa sem que uma ação desse tipo fosse julgada. "Isso não nos parece juridicamente adequado. Não que ele queira se candidatar a alguma coisa ou ocupar um cargo público, pelo contrário", ponderou o advogado. Antonio Fernando de Souza ainda analisará essa contraproposta.

Entre as condições apresentadas a Silvinho pelo procurador-geral para suspensão da acusação de formação de quadrilha está o cumprimento de 750 horas de serviços comunitários — cuja atividade será designada

pela Justiça, além de impossibilidade de se ausentar de São Paulo sem autorização judicial e obrigação de comparecer mensalmente perante um juiz para prestação de contas.

A lei 9.099, de 1995, possibilita que o MP ofereça um acordo ao réu caso a pena mínima a que possa ser condenado seja de até um ano. Silvinho e outras 39 pessoas — entre elas os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken — respondem pelo crime de formação de quadrilha, cuja pena varia de um a três anos de prisão.